

Alerta Legislação nº 02, de 05 a 10 jan. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

LEI Nº 15.334, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Institui o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.
(...)

Art. 1º É instituído o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.

(...)

LEI Nº 15.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

Altera a [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

LEI Nº 15.326, DE 6 DE JANEIRO DE 2026

Altera a [Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008](#), para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 18.387, DE 06 DE JANEIRO DE 2026

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026.

Prefeitura de São Paulo

LEI Nº 18.381, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

(Projeto de Lei nº 636/22, dos Vereadores....)

Autoriza a implantar o Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

DECRETO Nº 64.900, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a celebração de Termos de Cooperação para colaboração com a implantação, manutenção e preservação dos Bosques Urbanos no Município de

São Paulo, criados pelo [Decreto nº 64.063, de 12 de fevereiro de 2025](#), e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/01/2026	<p>LEI COMPLEMENTAR N° 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 Institui o Código de Defesa do Contribuinte.</p> <p>LEI N° 15.337, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 Altera a Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018 (Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade), para promover a ampliação do mercado do cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacaueiro no Brasil.</p> <p>LEI N° 15.336, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.</p> <p>LEI N° 15.334, DE 8 DE JANEIRO DE 2026 Institui o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio. (...)</p> <p>Art. 1º É instituído o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio. (...)</p>
08/01/2026	<p>LEI N° 15.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.</p> <p>LEI N° 15.332, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Confere ao Município de Maringá, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo.</p> <p>LEI N° 15.331, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Institui o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, a ser celebrado, anualmente, no mês de julho.</p> <p>LEI N° 15.330, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Altera o art. 1º da Lei nº 11.675, de 19 de maio de 2008, para designar o açaí como fruta nacional.</p> <p>LEI N° 15.329, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Altera o Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, para dispor sobre a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte incidente sobre os juros</p>

	remetidos para o exterior devidos em razão da compra de bens a prazo.
07/01/2026 (Ed. extra)	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 250.000.000,00, para os fins que especifica.</p>
07/01/2026	<p><u>LEI Nº 15.326, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.</p> <p><u>LEI Nº 15.325, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia.</p> <p><u>LEI Nº 15.324, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.</p> <p><u>LEI Nº 15.323, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.</p> <p><u>LEI Nº 15.322, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p><u>DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</u> <u>MENSAGEM Nº 17, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u> Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.". (...)</p> <p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) - Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro</p> <p><u>RESOLUÇÃO CDPNB Nº 43, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui Grupo Técnico com o propósito de estudar a infraestrutura nacional para reatores nucleares de potência, visando à recepção de Pequenos e Microrreatores Modulares em terra.</p>

Ministério da Agricultura e Pecuária	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MF/MDA Nº 35, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025</p> <p>Estabelece o volume de compra de milho para o Programa de Venda em Balcão - ProVB e autoriza o limite para a equalização de preços na venda de milho no âmbito do referido Programa.</p> <p>PORTARIA MAPA Nº 872, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025</p> <p>Estabelece o Regulamento para Ingresso, em território nacional, de Bens Agropecuários Transportados como Bagagem de Viajantes.</p>
Ministério da Fazenda	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA ATO COTEPE/PMPF Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
Ministério da Igualdade Racial	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) PORTARIA GAB/MIR Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Regulamenta a Casa da Igualdade Racial e dá diretrizes para composição da equipe técnica especializada.</p>
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA) RESOLUÇÃO ANA Nº 277, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 (*)</p> <p>Aprova a revisão ordinária da Agenda Regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA para o período de 2025-2026.</p> <p>(*) Republicada por ter saído, no DOU de 6-1-2026, Seção 1, págs. 188 e 189, com incorreção no original.</p>
Ministério da Justiça e Segurança Pública	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA MJSP Nº 1.122, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Institui o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais no âmbito da polícia judiciária.</p> <p>PORTARIA MJSP Nº 1.121, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Altera a Portaria MJSP nº 855, de 17 de janeiro de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, e estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais de segurança pública.</p> <p>POLÍCIA FEDERAL INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 322, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025</p> <p>Altera a Instrução Normativa DG/PF nº 311, de 27 de junho de 2025, que disciplina as atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.</p>

	<p>SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS DIGITAIS</p> <p>¬ Diretoria de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital</p> <p>¬¬ Coordenação-Geral de Políticas de Classificação Indicativa</p> <p><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 3, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA</p> <p>(...)</p> <p>resolve classificar:</p> <p>(...)</p> <p><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO</p> <p>(...)</p> <p>resolve classificar:</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério da Pesca e Aquicultura</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA MPA Nº 614, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre a aplicabilidade das sanções previstas na Portaria nº 127, de 29 de agosto de 2023, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em face de descumprimento do envio do Relatório Anual de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP.</p>
<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</p> <p>¬ Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão</p> <p><u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.321, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Aprova o Guia Prático para órgãos e entidades externos (cadastro de usuários, concessão e controle de acessos ao sistema CNIS).</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.126, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Designa o Departamento de Cooperação Técnica, Inovação e Desenvolvimento em Saúde - DECOOP/SE/MS como unidade executora e ponto focal do Projeto de Implementação do Primeiro Hospital Inteligente do Brasil, no âmbito da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes e Medicina de Alta Precisão, e estabelece atribuições relacionadas à seleção, qualificação e fiscalização de contratos de gestão com Organizações Sociais.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</p> <p>¬ 4ª Diretoria</p> <p>¬¬ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 32, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 31, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p>

	<p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 30, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 23, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 18, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 10, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA NUCLEAR (ANSN)</p> <p><u>PORTARIA Nº 20, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre a alteração da designação das normas regulatórias expedidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, para normas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>	<p>COMITÊ GESTOR DO GARANTIA-SAFRA</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Estabelece as regras de implementação para a safra de 2025/2026, bem como o valor do benefício do Garantia-Safra de que trata o §1º do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Estabelece o calendário de plantio e cronograma de implementação do Programa Garantia-Safra, a partir da safra 2025/2026.</p>
<p>Ministério do Esporte</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MESP/AGU Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Institui o Comitê Gestor da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 e o Grupo Executivo da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 para as atividades governamentais referentes ao evento a ser realizado no Brasil</p> <p><u>PORTARIA MESP Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Institui as Câmaras Temáticas do Comitê Gestor da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 - CGCOPA 2027 e do Grupo Executivo da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 - GECOPA 2027.</p>

Banco Central do Brasil (BCB)	<p>ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO ↗ Departamento Do Meio Circulante</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 698, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Altera a Instrução Normativa BCB nº 108, de 19 de maio de 2021, que estabelece procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa.</p>
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB) <u>RESOLUÇÃO CFB Nº 285, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025</u></p> <p>Cria o Sistema de Arquivos do Sistema CFB/CRB (SIARQ-Biblio) e dá outras providências.</p>

SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
08/01/2026	<p><u>DECRETO Nº 70.332, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Fazenda e Planejamento.</p>
07/01/2026	<p><u>VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2023</u> São Paulo, 6 de janeiro de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a proposição altera a redação do artigo 17 do Decreto-Lei nº 260, de 29 de maio de 1970, que trata da inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (...)</p> <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.438, DE 06 DE JANEIRO DE 2026</u> Estabelece nova redação ao artigo 17 do Decreto-Lei nº 260, de 29 de maio de 1970(*). (*) Dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo</p> <p><u>LEI Nº 18.387, DE 06 DE JANEIRO DE 2026</u> Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026.</p> <p><u>DECRETO Nº 70.331, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></p>

	Transfere, da Secretaria de Gestão e Governo Digital para a Secretaria de Desenvolvimento Social, a administração do imóvel que especifica e autoriza a outorga de uso ao Município de Palmital.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) PORTARIA APTA Nº 002, DE 7 DE JANEIRO DE 2026 Estabelece normas para a comercialização de produtos oriundos da programação técnico-científica, definidos como resíduos de pesquisa, pelas Unidades da Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios - APTA, e define critérios para o estabelecimento de preços.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SEDS Nº 01/2026 Regulamenta os critérios de cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado de São Paulo para oferta de serviços socioassistenciais.
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 01/2026 Estabelece o valor-base para determinação das faixas de atendimento do Programa CASA PAULISTA - Apoio ao Crédito Habitacional, na modalidade Carta de Crédito Individual ("Carta de Crédito Imobiliário").
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SEDUC Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2026 Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo - PEC e de Coordenador de Equipe Curricular - CEC, da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL ¬ Diretoria Geral Executiva da Administração Tributária ¬ Diretoria de Cobrança e Arrecadação COMUNICADO DICAR Nº 07, DE 2 DE JANEIRO DE 2026 Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de dezembro de 2025. COMUNICADO DICAR Nº 06, DE 2 DE JANEIRO DE 2026

	<p>Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de ICMS.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR Nº 05, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de ICMS.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR Nº 04, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas</p> <p><u>COMUNICADO DICAR Nº 03, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Taxas.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR Nº 02, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR Nº 01, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 01, DE 02-01-2026</u> Dispõe sobre a metodologia, os procedimentos e os instrumentos para a execução do Projeto Piloto de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 01, DE 05 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a uniformização de procedimentos relativos à concessão, fruição, fracionamento, acumulação e registro das férias dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PORTARIA SGP Nº 01, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u> O Subsecretário de Gestão de Pessoas Substituto, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de DEZEMBRO/2025, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 07-01-2026 – Celetistas, Dia 08-01-2026 - Pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 08-01-2026. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p><u>COMUNICADO DFP Nº 0001, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u> (...)</p>

	<p>Artigo 1º – Ficam disponibilizadas aos consignados, na plataforma SOU.SP.GOV.BR, as seguintes funcionalidades, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 60.435, de 13/5/2014:</p> <p>I – autorização para que a consignatária realize consulta da margem consignável, histórico da margem e dados funcionais do consignado;</p> <p>II – aprovação de novos contratos de consignação em folha de pagamento, mediante reconhecimento biométrico;</p> <p>III – consulta da margem consignável;</p> <p>IV – consulta das consignações já contratadas.</p> <p>(...)</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Dispõe sobre a pontuações e demais aspectos relativos à avaliação dos títulos e trabalhos de que tratam os artigos 5º e 6º do Decreto nº 69.864, de 15 de setembro de 2025(*), para fins de promoção dos servidores integrantes das classes abrangidas pela Lei complementar nº 1.193, de 02 de janeiro de 2013(**)</p> <p>(*) Regulamenta a evolução funcional da carreira de médico de que trata a Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, altera o Decreto nº 59.156, de 6 de maio de 2013, que regulamenta o processo de avaliação para fins de pagamentos do Prêmio de Produtividade Médica - PPM e dá providências correlatas.</p> <p>(**) Institui a carreira de Médico, e dá providências correlatas</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA ↳ Gabinete do Reitor RESOLUÇÃO Nº 01/2026, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</p> <p>Estabelece para o exercício de 2026, o número de bolsas e auxílios estudantis.</p> <p>RESOLUÇÃO GR Nº 38/2025, DE 23/12/2025</p> <p>Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), por aferição virtual nos concursos para provimento de cargo de Professor Doutor da carreira do Magistério Superior, abertos nos termos da Deliberação CONSU-A- 19/2024.</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA RESOLUÇÃO UNESP Nº 49, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025</p> <p>Dispõe sobre a criação do curso de doutorado acadêmico no programa de pós-graduação em Ensino e Processos Formativos, interunidades, entre o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do campus de São José do Rio Preto, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal e a Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira.</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>

09/01/2026	<p><u>DECRETO N° 64.900, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a celebração de Termos de Cooperação para colaboração com a implantação, manutenção e preservação dos Bosques Urbanos no Município de São Paulo, criados pelo Decreto nº 64.063, de 12 de fevereiro de 2025, e dá outras providências.</p>
08/01/2026	<p><u>LEI N° 18.385, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 82/25, dos Vereadores...) Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital, capacitadas e remuneradas pelo Poder Público, para cuidar de idosos também residentes na periferia da Cidade.</p> <p><u>LEI N° 18.384, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 1190/25 - Vereador Carlos Bezerra Jr. – PSD) Altera a Lei Municipal nº 14.471, de 10 de julho de 2007, para declarar Turim, na Itália, cidade-irmã da Cidade de São Paulo.</p> <p><u>LEI N° 18.383, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 578/25 dos Vereadores...)</p> <p><u>LEI N° 18.381, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 636/22, dos Vereadores...) Autoriza a implantar o Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.</p>
05/01/2026	<p><u>LEI N° 18.379 DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a remissão de créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidentes sobre imóveis utilizados como teatros ou espaços culturais localizados no Distrito da Bela Vista e outros.</p> <p><u>DECRETO N° 64.895 DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u> Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, nos termos do artigo 46 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com a nova redação dada pelo artigo 14 da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, bem como corrige os valores previstos no artigo 6º-A do Decreto nº 63.130, de 19 de janeiro de 2024, pelo Índice Nacional de Custo da Construção – INCC - M, considerados os índices relativos ao período de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>